





Condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. As provisões para desmobilização de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. O valor da provisão de desmobilização, no consolidado, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. Este laudo, elaborado em 2020, leva em consideração as obrigações de desmobilização existentes que são em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data base 2020 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,09% ao ano e atualizados a valor presente à taxa de desconto de 10,29% ao ano. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico. **Composição**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Não circulante</b>		
Provisão desmobilização	8.475	8.035
	<b>8.475</b>	<b>8.035</b>

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Movimentação</b>		
Saldo em 01/01/2020		
Provisão/ (reversão)	7.399	7.399
Atualização Financeira	(150)	(150)
Saldo em 31/12/2020	7.249	7.249
Provisão/ (reversão)	1.226	786
Atualização Financeira	873	873
Saldo em 31/12/2021	<b>8.475</b>	<b>8.475</b>

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Movimentação</b>		
Saldo em 01/01/2020		
Provisão/ (reversão)	7.399	7.399
Atualização Financeira	(150)	(150)
Saldo em 31/12/2020	7.249	7.249
Provisão/ (reversão)	1.226	786
Atualização Financeira	873	873
Saldo em 31/12/2021	<b>8.475</b>	<b>8.475</b>

(b) **Provisão para ressarcimento:** Em 26 de agosto de 2010, as Controladas sagram-se vencedoras do 2º Leilão de Energia de Fontes Alternativas ("LFA"), e assinaram Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), na modalidade disponibilidade de energia. Pelos contratos em questão, as Controladas comprometem-se a vender sua produção de energia na modalidade disponibilidade e com vinculação às usinas, conforme os montantes indicados na Cláusula 6ª de cada respectivo CCEAR, a partir da data de início do suprimento e pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de setembro de 2013. O preço médio dos CCEARs praticado em dezembro de 2021 é de R\$258,43, atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). O CCEAR não prevê aplicação de penalidades ou pagamentos de bônus se a produção de energia de cada usina estiver dentro da faixa de tolerância que varia de 90% a 130% da energia anual contratada, de cada respectiva usina, e que é apurado ao final de cada ano e quadriênio. Os desvios superiores ou inferiores entre produção de energia e a obrigação contratual são reconhecidos no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de penalidades ou bônus sobre o MWh a ser entregue. Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato serão compensadas a cada ano e cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2017. Caso a energia entregue seja inferior ao percentual mínimo contratual de 90%, a diferença entre a energia efetivamente entregue e a contratual deverá ser ressarcida em 12 parcelas mensais. Para a apuração quadriênio são contabilizadas a energia efetivamente gerada e a contratada no período, e caso a geração seja inferior ao montante contratado também deve-se realizar o ressarcimento em 12 parcelas mensais. Caso a energia entregue seja superior ao percentual máximo contratual determinadas abaixo, essa energia poderá ser negociada pelo vendedor no mercado livre: i) 30% (trinta por cento) no primeiro ano do quadriênio; ii) 20% (vinte por cento) no segundo ano do quadriênio; iii) 10% (dez por cento) no terceiro ano do quadriênio; iv) 0% (zero por cento) no quarto ano do quadriênio; No caso de receita variável ou ressarcimento, o acerto financeiro será aplicado ao final de cada revisão anual, que ocorrer entre outubro e setembro dos anos subsequentes. A conta de ressarcimento - CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração do Grupo entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		
Provisão de ressarcimento (i)	49.805	33.066
Provisão de despacho (ii)	74.666	32.240
	<b>124.471</b>	<b>65.306</b>
<b>Não circulante</b>		
Provisão de ressarcimento (i)	5.448	33.353
	<b>5.448</b>	<b>33.353</b>
<b>Total</b>	<b>129.919</b>	<b>98.659</b>

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Movimentação</b>		
Saldo em 01/01/2020	20.146	24.512
Provisão/ (reversão)	28.290	14.308
Atualização Financeira	1.109	1.109
Transferência	(15.370)	(11.395)
Saldo em 31/12/2020	33.066	33.353
Representado Nota 2.2.1	33.066	33.353
Provisão/ (reversão)	10.564	15.930
Atualização Financeira	4.739	4.739
Transferência	6.175	43.835
Saldo em 31/12/2021	<b>49.805</b>	<b>5.448</b>

(i) A provisão de ressarcimento representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos. (ii) Provisão oriunda da suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado e na Contratação de Energia de Reserva, essa suspensão foi determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da emissão do despacho nº 2.303/2019 que ordenou à CCEE que procedesse com a referida suspensão da compensação relativa aos anos contratuais apurados a partir de agosto de 2019 até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off (situações de corte de geração quando há decasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda de usinas eólicas). Cabe ressaltar que a Companhia reconhece as provisões normalmente nos exercícios supracitados. (c) **Provisão para contingências e depósitos judiciais: Política contábil:** O Grupo está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo o Grupo considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos do Grupo. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. **Trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reajustamento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e também, ações movidas por ex-empregados de suas empresas, as (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. **Cíveis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros. **Tributárias:** Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, CSLL, IPTU, REFIN, PIS/COFINS, INSS, CIDE, ITD sobre doações recebidas, entre outros.

**Contingências prováveis demonstradas como segue:**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Trabalhistas</b>		
Cíveis	710	247
(-) Depósitos judiciais - Trabalhista	(107)	(29)
(-) Depósito judiciais - Cível	<b>603</b>	<b>518</b>

**Movimentação das contingências e depósitos judiciais:**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Movimentação</b>		
Saldo em 01/01/2020		
Constituição	407	241
(-) Reversões	(179)	(179)
Atualização monetária	92	6
Saldo em 31/12/2020	320	247
Constituição	82	557
Pagamentos	(411)	(144)
(-) Reversões	9	50
Atualização monetária		
Reclassificação		(3)
Saldo em 31/12/2021	<b>710</b>	<b>603</b>

**Contingências possíveis demonstradas como segue:**

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
<b>Empresas</b>		
Asa Branca IV Energias Renováveis S.A.	369	107
Asa Branca V Energias Renováveis S.A.	176	107
Asa Branca VI Energias Renováveis S.A.		107
Asa Branca VII Energias Renováveis S.A.	201	107
Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A.		107
Asa Branca Holding S.A.		176
Saldo em 31/12/2020	755	535
Asa Branca IV Energias Renováveis S.A.	7	53
Asa Branca V Energias Renováveis S.A.	340	53
Asa Branca VI Energias Renováveis S.A.	320	53
Asa Branca VII Energias Renováveis S.A.		53
Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A.		53
Asa Branca Holding S.A.	320	320
Saldo em 31/12/2021	<b>960</b>	<b>265</b>

**24. Patrimônio líquido: (a) Capital social:**

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
<b>Acionistas</b>		
Participação - %		
Quantidade de ações	150.277.255	120.986
Total	150.277.255	120.986

Em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de agosto de 2021, foi aprovada a redução de capital social da Companhia no montante de R\$ 58.417, sendo R\$ 9.291 utilizado para absorção de prejuízos acumulados e R\$ 49.126 correspondente a restituição de valor ao acionista da Companhia nos termos previstos nos artigos 173 e 174 da Lei das Sociedades por Ações. **(b) Prejuízo básico e diluído atribuído por lote de mil ações:** O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia</b>	2.772	4.966
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	162.714	173.403
<b>Lucro (prejuízo) básico e diluído atribuído por lote de mil ações - R\$</b>	<b>0,10</b>	<b>0,02</b>

**25 Receita líquida de vendas:** A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apurada pela diferença líquida dos impostos, encargos sobre concessão, dos abatimentos e dos ressarcimentos. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. O fornecimento de energia elétrica é medido através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período, de acordo com a geração de energia e os contratos de fornecimento existentes. O reconhecimento de receita relativo a tal fornecimento, portanto, é efetuado seguindo os volumes de energia gerados e fornecidos, e os respectivos termos contratuais existentes. A receita operacional do Grupo está baseada em contratos regulados de venda de energia de longo prazo firmados com distribuidoras de energia. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despendida são reconhecidas como provisão de ressarcimento e descontadas no período e quadriênio contratual subsequente.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita líquida</b>		
Recalculada com energia	163.209	164.046
(-) Provisão de ressarcimento	(26.521)	(42.538)
(-) Impostos sobre vendas	(4.989)	(4.351)
(-) Encargos sobre concessão	(522)	(482)
	<b>131.171</b>	<b>116.605</b>

**26 Custo de venda de energia elétrica:**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Energia elétrica comprada para revenda (a)</b>		
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(14.694)	(16.604)
Custo de operação (b)	(9.060)	(8.414)
	<b>(56.865)</b>	<b>(47.045)</b>
	<b>(80.419)</b>	<b>(72.063)</b>

(a) **Energia elétrica comprada para revenda e encargos de uso do sistema de conexão e transmissão, e taxa de fiscalização:** A compra de energia está relacionada a duas operações: (i) necessidade de compra de lastro para cobertura da redução de garantia física das usinas do complexo; e (ii) a uma operação comercial de troca de fonte de energia, onde há a venda de um determinado volume de energia incentivada (energia proveniente de fontes de geração renováveis, como é o caso das eólicas, que possuem desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição-TUSD e portanto, tem maior valor no mercado), compensada pela compra de um volume proporcional de energia convencional (energia proveniente de fontes de geração convencionais, como grandes hidrelétricas, ou termelétricas, que não possuem desconto no Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD), sendo o resultado dessa operação equivalente à diferença entre o preço da energia incentivada e aquele definido para a energia convencional.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Encargos de transmissão</b>		
Encargos de interconexão	(8.438)	(7.766)
	(622)	(648)
	<b>(9.060)</b>	<b>(8.414)</b>
<b>Energia elétrica comprada para revenda</b>		
Custo de liquidação CCEE	(14.685)	(16.580)
	(9)	(24)
	<b>(14.694)</b>	<b>(16.604)</b>

**(b) Custo de operação:**

evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de uma combinação de testes de controles internos e procedimentos substantivos de auditoria, a saber: (i) entendimento dos controles internos relevantes; (ii) análise de transações de receitas por meio da comparação entre a energia entregue e a energia contratada; (iii) confirmações externas com base nos relatórios mensais da CCEE; (iv) reconciliação da receita anual, por meio da obtenção de relatórios externos disponibilizados pela CCEE, com a informação da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Asa Branca; (v) análise do cálculo da provisão de ressarcimento considerando os critérios e premissas previstos no contrato. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das receitas reconhecidas, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com os contratos firmados e posições da CCEE. Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) Realizamos o entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação das projeções de fluxo de caixa, bem como obtivemos explicações em relação às premissas relevantes; (ii) Testamos os procedimentos realizados pela administração em relação ao monitoramento dos cumprimentos das cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos; (iii) Revisamos a carta de suporte financeiro obtida pela administração do acionista controlador; (iv) Analisamos os eventos subsequentes até a data de emissão deste Relatório. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a supervisão da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Consolidado</b>		
Pessoal	(1.956)	(1.467)
Manutenções	(1.682)	(881)
Materiais e serviços de terceiros	(23.259)	(15.260)
Depreciações e amortizações - Direito de uso	(46)	(46)
Depreciações e amortizações	(29.722)	(29.437)
	<b>(56.665)</b>	<b>(47.045)</b>

(i) O aumento dos custos operacionais está substancialmente relacionado ao contrato de O&M com General Electric - GE, o qual prevê um incremento de preço nos três últimos anos contratuais. **27 Despesas gerais e administrativas:**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Controladora</b>		
Reapresentado		
Nota 2.1.1		
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Serviços de terceiros	(95)	(52)
Aluguéis		(2.520)
Seguros		(14)
Comunicações		(722)
Viagens		(277)
Despesas Tributárias	(21)	(20)
Projetos sociais	(21)	(21)
Outras despesas operacionais	(21)	(21)
Perda na baixa do imobilizado		(500)
Depreciações e amortizações	(1.005)	(1.005)
Receitas (despesas) compartilhadas	495	83
	<b>(647)</b>	<b>(1.015)</b>

**28 Resultado financeiro:** As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre debêntures e financiamentos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem substancialmente as atualizações financeiras, variações cambiais, IOF, taxas, tarifas e multas. **Composição:**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	448	404
Outras receitas financeiras	3	37
Variação cambial realizada		150
	<b>451</b>	<b>3.153</b>

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Despesa financeira</b>		
Juros debêntures e financiamentos	(8.839)	(19.568)
Atualização monetária sobre debêntures	(16.740)	(16.740)
Amortização de custos de emissão de debêntures	(1.260)	(1.260)
Despesas com emissão de dívida	(112)	(11)
Comissões bancárias	(59)	(3.452)
Multas, juros e tarifas	(129)	(5)
Atualização financeira direito de uso		(55)
Atualização financeira de desmobilização		(873)
Atualização financeira de ressarcimento	(218)	(4.739)
IOF		(202)
Variação cambial realizada		(896)
Outras despesas financeiras		(58)
	<b>(27.357)</b>	<b>(16)</b>
	<b>(26.906)</b>	<b>(48.958)</b>

**Resultado financeiro**  
**29 Imposto de renda e contribuição social: Política contábil:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. **Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social:**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro (prejuízo) contábil antes dos impostos</b>	(15.496)	2.882
Alíquota vigente	34%	34%
<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>	<b>5.269</b>	<b>(980)</b>
Despesas permanentes não dedutíveis	(342)	(4)
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	(9.020)	(319)
Resultado de equivalência patrimonial	4.099	1.193
Ajuste relativo a períodos anteriores	(237)	
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido		